

Resultado 'racha' de vez o PMDB

BRASÍLIA — Em reunião à noite, na casa do Ministro da Previdência, Renato Archer, para avaliar as repercussões internas da votação de ontem no plenário da Constituinte, a cúpula do PMDB concluiu que a rejeição do mandato de quatro anos para o Presidente Sarney determinou o "racha" concreto no partido e definiu os rumos iniciais da campanha sucessória à Presidência da República.

Para os dirigentes do partido, o Senador Mário Covas (SP), que ainda se mantém na Liderança do PMDB, deixará a agremiação fortalecido como candidato a Presidente pela nova legenda em formação. Na parcela que permanecer no PMDB, foi considerada certa a polarização da disputa pela indicação da candidatura à Presidência entre o Governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, e o Presidente do partido, Ulysses Guimarães.

Os participantes da reunião concluíram ser inevitável a saída dos dissidentes, mas acredita que a Convenção Nacional, marcada para agosto, dará novo ânimo aos peemedebistas, a partir da reformulação de seu programa e da apresentação de nova proposta de Governo, que incluiria reformas econômicas e sociais frontalmente contrárias à atual política do Governo.

No entanto, em encontro que reuniu, além de Archer, o Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, e os Deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), os dirigentes do PMDB concluíram que não cabe ao partido qualquer iniciativa para definir suas relações com o Governo, antes da Convenção.

Além de deflagrar nos bastidores a campanha à sucessão presidencial, a Convenção determinará a correlação



Antes de dirigir a votação, Ulysses tropeça na escada que leva à Mesa

de forças da bancada. Com a saída de quase 40 dos atuais 273 parlamentares da bancada, restará um número inferior a 70 "progressistas" e "liberais", que conseguem imprimir, em raras ocasiões, uma feição de centro-esquerda ao PMDB.

Parte desses parlamentares anunciam a disposição de também abandonar o PMDB, caso a chapa que pretendem apresentar na Convenção seja derrotada. Se esta disposição se concretizar, o partido, além de controlado pela corrente conservadora, estará, em agosto, definindo a disputa interna para efeitos sucessórios: pouca dúvida há quanto à obtenção do controle da Convenção por

Quêrcia. A convenção elegerá os delegados que, no próximo ano, escolherão o candidato do partido à sucessão presidencial.

Há quem aposte na indicação de Ulysses para disputar a Presidência da República pelo PMDB, entendendo que Quêrcia não teria condições éticas de enfrentá-lo. Mas, a forma como encaminhou a votação do mandato de Sarney deixou para muitos, em Ulysses, a marca da ambiguidade. Se, por um lado, este comportamento lhe dá esperanças de conseguir o aval do Palácio do Planalto para sua candidatura, por outro induz a ressentimentos e dúvidas quanto à sua conduta de agora em diante.

Frustração leva Covas a deixar partido

Para o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas (SP), a aprovação do mandato de cinco anos para o Presidente Sarney "é uma frustração somente comparável à da rejeição das diretas, em 84". Partidário do mandato de quatro anos, rejeitado por um grupo numeroso de peemedebistas que seguiu o Governo, Covas reunirá a bancada, nos próximos dias, para anunciar que se desliga do PMDB. Deixará, no entanto, seus correligionários livres para decidirem se deve permanecer na Liderança até o fim do segundo turno de votações, tentando garantir conquistas que refletem o programa histórico da legenda.

Só ontem o Senador definiu o procedimento que adotará para comunicar sua decisão. Tem pesado sobre ele pressões para que se mantenha como Líder, vindas de diferentes setores do partido, que o consideram o único articulador capaz de negociar com as facções internas do peemedebismo e com as lideranças das demais agremiações e tendências. Alguns parlamentares temem que, ao deixar o cargo, conquistas obtidas no primeiro turno corram o risco de serem suprimidas no segundo turno.

Se deixar a Liderança agora, e o Centrão conseguir retirar do texto propostas avançadas, Covas será fatalmente responsabilizado — advertiu o Deputado Geraldo Alckmin (PMDB-SP), ligado ao Líder.

Para o Senador, o trabalho desenvolvido pelo Governo junto aos constituintes para garantir os cin-



Covas: "Frustração só é comparável à da derrota das diretas em 84"

co anos de mandato para Sarney foi a única ação governamental concreta desde que o Presidente tomou posse, em março de 1985.

— A questão do mandato foi toda a luta que o Governo foi capaz de ter. Luta, aliás, bem sucedida e em total conflito com a sociedade, com o que o povo quer — disse.

Covas criticou o texto da Comissão de Sistematização afirmando que ele contém "benesses, privilégios, favores ou descuidos". Falhas em diversos capítulos teriam, no seu entendimento, propiciado, entre outros pontos, a aprovação do mandato de cinco anos para o Pre-

sidente Sarney. Ele acha que a partir da votação do mandato, será difícil obter-se quorum para terminar de votar o título das Disposições Transitórias.

Após a votação, o Líder se dirigiu ao seu gabinete, onde o clima de frustração foi substituído pelo de comemoração: todos os presentes entendiam que, no final das contas, o Presidente do PMDB e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, fora o grande derrotado. De acordo com a avaliação do grupo de Covas, a dissidência estava comprovando sua tese de que o PMDB é irreversível.

PFL continua procurando o seu rosto, afirma Maciel

BRASÍLIA — Um partido à procura de um rosto. Assim continuará sendo o PFL após a definição do mandato do Presidente José Sarney, no entendimento do Senador Marco Maciel, que, neste percurso, deverá ter renovado seu mandato à frente da agremiação.

— Agora o PFL terá de se definir — diz Maciel, acreditando que os "modernos", apoiados por uma base descontente, vão imprimir uma conduta oposicionista ao partido.

Não é o que mostra a realidade. O PFL possui 134 constituintes. Apenas 14 deles fecharam com o mandato de quatro anos para Sarney.

Cientes da linha governista agora mais acentuada do partido, que espera avançar mais alguns cargos na administração federal, pelo menos quatro pefelistas prometem desembarcar com seus descontentamentos em outras legendas: o Secretário Geral, Saulo Queiroz, e os Deputados Jayme Santana, Sandra Cavalcanti e Maria de Lourdes Abadia.

Marco Maciel vem adotando uma conduta partidária muito próxima dos dissidentes, mas quer continuar no partido e avançar no campo dos governistas. A maioria dos dissidentes promete seguir a mesma linha.

— Nós precisamos da estrutura partidária para disputar as eleições municipais — lembra o Deputado Thomas Nonô, de Alagoas.

Mas a continuar na linha marcadamente dissidente, Marco Maciel deverá defrontar-se, pela primeira vez, com a ascensão das lideranças governistas dentro da legenda. O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, diz que se for para bater chapa enfrentará Maciel na disputa pela Presidência do partido. Mas espera não precisar ir ao combate na Convenção, marcada para 15 dias após a promulgação da nova Carta.

— O Marco é o meu candidato, desde que pretenda unir o partido, promovendo uma conciliação — assevera.

Não é o que Marco Maciel diz pretender. Para ele o partido tem que ouvir as bases e as bases querem oposição ao Governo José Sarney.

— Eu me disponho a integrar uma chapa, mas desde que ela apresente esta linha de pensamento — afirma.

Para evitar um provável confronto já começou a tomar corpo um novo adiantamento da Convenção. O Deputado Inocêncio Oliveira (PE), ex-aliado de Maciel e hoje figura



Entre parlamentares do Centrão, o Líder José Lourenço (à esquerda, de óculos) comemora a vitória, exultante

sempre presente no gabinete de José Lourenço, anuncia que fará tudo para protelar a Convenção. Raciocina em termos de datas:

— A Constituição deverá ser promulgada no dia sete de setembro. Assim, teríamos a Convenção no dia 22 de setembro, a dois meses das eleições municipais. Como vamos provocar um racha em cima das eleições? Convenção só após os pleitos municipais.

Para o Secretário Geral, Saulo Queiroz, os embates internos do PFL compõem um velho cenário que não muda substancialmente com a definição do mandato de cinco anos para o Presidente Sarney.

— Nossas diferenças são anteriores ao mandato. A nossa discussão é ser ou não governo. Se isto (mandato) alterasse alguma coisa, a mudança já teria ocorrido.

Inocêncio Oliveira tem um raciocínio completamente diverso. Para ele, o que dividia o PFL substancialmente era o mandato. Daqui para a frente ele prevê uma conciliação com Marco Maciel à frente.

O partido, com um corpo razoável de 134 parlamentares, continuará, entre estes dois extremos, à procura de um rosto.

Lourenço pede mudanças no Governo

BRASÍLIA — Após a vitória do mandato de cinco anos, o Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço (BA), afirmou que o Presidente Sarney tem agora maioria parlamentar consolidada para promover as mudanças políticas necessárias à sua administração. Segundo ele, ficou claro que a Oposição não deve mais participar do Governo.

— Espero agora que o Presidente identifique o seu Governo com o bloco parlamentar que o apoiou no mandato. Ele deve traduzir este apoio dando um novo comportamento à administração, com correções nas áreas política e econômica — disse Lourenço.

Mais cauteloso do que em março, quando foi aprovado o mandato de cinco anos nas Disposições Permanentes, o Líder pefelista não exigiu uma reforma ministerial profunda, mas reafirmou que o Governo não pode mais conviver com oposicionistas em seus quadros. Indagado se isto seria uma referência ao Ministro da Previdência Social, Renato Archer, Lourenço afirmou:

— Por mim, ele não seria mais Ministro há muito tempo.

O resultado da votação não o sur-

preendeu, pois ele calculava 330 votos, que seriam obtidos se os Deputados Pedro Ceolin (PFL-ES) e Carlos Virgílio (PDS-CE) tivessem permanecido em plenário. Doente, Ceolin compareceu ao plenário quarta-feira, mas ontem voltou para o hospital. Carlos Virgílio viajou no meio da tarde para ficar ao lado do pai, o Senador Virgílio Távora (PDS-CE), hospitalizado em São Paulo.

Distribuindo abraços a colegas pefelistas, Lourenço deixou o plenário ao lado de vice-líderes que o acompanharam até ao Palácio do Planalto.

— Vamos tomar um uísque com o Presidente Sarney — convidava a todos que chegavam para cumprimentá-lo.

Eufórico, José Lourenço disse que o Presidente terá maiores responsabilidades perante a Nação e que ninguém mais poderá, depois do resultado, questionar a legitimidade de seu mandato.

O Deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), um dos líderes do Centrão, afirmou que espera agora bom senso do Presidente para dar o tratamento político merecido aos grupos que o apóiam no Congresso.

Agora, cresce debate sobre o adiamento de pleitos municipais

BRASÍLIA — Enquanto no Palácio do Planalto o Presidente Sarney garantia a realização das eleições municipais este ano, na Constituinte começava a crescer o debate em torno do adiamento do pleito e da prorrogação dos atuais mandatos de prefeitos e vereadores — o que possibilitaria a coincidência das eleições municipais, estadual e federal em 1990. A matéria, que é parte das Disposições Transitórias, deverá ser examinada na próxima semana. Paralelamente, o Senado pretende agilizar a votação do projeto aprovado pela Câmara, que regulamenta a realização do pleito ainda este ano.

A tese do adiamento das eleições, expressa em emenda do Deputado Basílio Villani (PTB-PR), tem poucos adeptos assumidos. O Senador Saldanha Derzi (PMDB-MS) tem carregado sozinho o ônus de sua defesa, argumentando que o País, "mergulhado em dificuldades econômicas", não deveria arcar com três eleições consecutivas.

— Tenho certeza de que, se a vota-

ção fosse secreta, o adiamento já seria uma idéia vitoriosa — garantia Derzi.

Se a simples prorrogação dos mandatos municipais encontra resistências e dificilmente seria aprovado, uma solução alternativa para a coincidência de eleições começa a ser trabalhada, tendo na linha de frente as Lideranças do Centrão e do PFL. Trata-se de tentar a aprovação da emenda Rosa Prata (PMDB-MG), que dispõe sobre o mandato-tampão. A proposta chegou a ser comentada pelo Ministro da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Prisco Vianna, principal articulador político do Governo, que aposta no trânsito da emenda, principalmente depois da vitória dos cinco anos.

Ontem, o Líder José Lourenço (PFL-BA) disse que "a tese já é vitoriosa".

— Com o mandato-tampão, teremos eleições municipais, estaduais e federais juntas, permitindo a coincidência de todos os mandatos em 1994 — defendeu ele.

Nas primeiras reações, esperança

● **Artur João Donato, Presidente da Firjan e do Estaleiro Caneco:**

— Espero que o Governo possa atender às aspirações do povo, de recuperação econômica e da retomada do crescimento, através do combate ao déficit público.

● **Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Vice-Presidente da Fiesp:**

— Os empresários paulistas entendem que a questão da eleição presidencial em 1988 ou 1989 não era a mais importante. O primordial é a conclusão dos trabalhos da Constituinte, o acordo do Brasil com os bancos credores e os rumos da nossa economia.

● **Marcos Jacobsen, Presidente da Andima:**

— É preciso que o Governo brasileiro e o próprio Presidente entendam o processo que está ocorrendo em todo o mundo. O encontro das duas grandes potências, União Soviética e Estados Unidos, indica um processo de mudança. Os países estão abandonando o dogmatismo político-romântico.

● **Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio:**

— Estamos contantes numa administração federal voltada para os interesses da sociedade.

● **Regina Duarte, atriz:**

— Nesse exato momento, estou decorando o texto de uma cena de "Vale Tudo". Que Sarney decore o texto dele como faço com o

meu e faça a cena dele bem feita, como pro-curo fazer as minhas.

● **Chico Anísio, humorista:**

— Que Sarney agora desempenhe o que prometeu. Ele sempre reclamou que a indefinição da duração do mandato era empecilho. Muito bem: agora ele tem a definição, tem os cinco anos que quis. Vem coisa por aí!

● **Sérgio Brito, ator:**

— Não tenho mais esperanças. Não é no Sarney: não tenho esperança nenhuma em nada no Brasil e em nenhum político brasileiro. Acho que nós fomos longe demais. Pousaram demais, mentiram demais, analfabetizaram esse povo demais.

● **Márcia Para, atriz, diretora e produtora teatral:**

— Como cidadã, o que mais me incomoda é o medo — a insegurança absoluta, a impossibilidade de sair à rua, no Rio e em todo o Brasil, devido à impunidade dos marginais. E ainda o custo de vida e a inflação. Os preços voam. No plano cultural, é preciso maior divulgação e explicação da Lei Sarney, que não foi absorvida pelos empresários. Outra prioridade é pelo menos um teatro público decente para o Rio de Janeiro — os que existem estão em condições precárias. Sei que há urgências maiores, como hospitais, presídios e orfanatos, mas, como artista, sinto falta de um teatro que me dê condições de trabalho.